



A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A SUSTENTABILIDADE

LORENA VICTÓRIA DE FREITAS PEREIRA; VICTÓRIA DE OLIVEIRA DA ROSA

RESUMO

Este estudo investiga a importância da agricultura familiar para a sustentabilidade ambiental no contexto brasileiro, com foco nos agricultores familiares do país. Utilizando métodos qualitativos baseados em pesquisa documental e bibliográfica, a pesquisa estabelece um diálogo entre os objetivos delineados e as análises obtidas das fontes consultadas, proporcionando uma compreensão profunda e contextualizada do tema. Os resultados destacam que a agricultura familiar, caracterizada por propriedades menores e métodos tradicionais, favorece a diversidade agrícola, conserva recursos naturais e promove a biodiversidade. Em contrapartida, os monopólios rurais, focados na monocultura intensiva e uso extensivo de agroquímicos, exacerbam problemas ambientais como desmatamento e poluição por agrotóxicos. As discussões revelam como a agricultura familiar não apenas assegura a segurança alimentar local, através da produção de uma variedade de culturas para consumo direto, mas também preserva a saúde do solo e dos ecossistemas. Enquanto isso, os monopólios rurais, devido ao seu poder econômico e político, perpetuam práticas insustentáveis que impactam negativamente tanto o ambiente quanto a sociedade. Conclui-se que políticas públicas devem reconhecer e apoiar a agricultura familiar como uma alternativa viável e sustentável para o desenvolvimento agrícola. Este estudo contribui para o debate sobre como equilibrar as necessidades de produção agrícola com a conservação ambiental, enfatizando a importância de promover práticas agrícolas que respeitem os limites ambientais e garantam a equidade social no acesso aos recursos agrícolas.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Agricultura Familiar; Meio ambiente; Agronegócio; Preservação.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável foi elaborado para esclarecer que sustentabilidade não está apenas vinculada a ações de redução dos gases de efeito estufa, mas também envolve uma abordagem política que abrange três categorias interdependentes: ambiental, social e econômica. Esse conceito foi formalizado no Relatório Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, onde é descrito como: um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (ONU, 1991).

Dado o conceito, é possível compreender que, embora a sustentabilidade não se limite ao aspecto ambiental, é neste que surgem os recursos necessários para a manutenção de sua presença social e econômica, destacando a importância de seu debate contínuo e da implementação de políticas e práticas que garantam um futuro equilibrado (Torresi; Pardini; Ferreira, 2010).

Por sua vez, a produção agrícola brasileira enfrenta grandes dificuldades na adoção de

sistemas sustentáveis devido à elevada demanda de exportação de *commodities* agrícolas. Em muitos casos, prioriza-se a adoção de tecnologias mais agressivas que garantam melhores resultados a curto prazo, resultando na degradação do solo, no desmatamento de vastas regiões e na drástica redução de ecossistemas naturais (Sambuichi *et al.*, 2012).

A agricultura familiar, não apenas desempenha um papel essencial na produção de alimentos para o consumo nacional brasileiro, mas também possui meios produtivos menos danosos ao meio ambiente (Guerra; Ribeiro, 2023) e possui grande influência social e econômica nas regiões onde desenvolve, apesar dos desafios enfrentados pelo avanço do agronegócio, tema que será explorado ao longo do trabalho (Campos; Souza, 2023).

Dessa maneira, a pesquisa busca responder a seguinte problemática: “Qual a importância da agricultura familiar para sustentabilidade ambiental?”. O objetivo geral é demonstrar os benefícios da prática da agricultura familiar para a sustentabilidade ambiental. Para isso, a pesquisa possui três objetivos específicos: descrever as atividades e dificuldades vivenciadas pela agricultura familiar, reconhecer os malefícios da produção agrícola realizada pelo agronegócio para o meio ambiente, e identificar as razões pelas quais a agricultura familiar é mais benéfica, em fatores de sustentabilidade ambiental, quando comparada às grandes produções monopolistas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa está inserida no eixo temático de Sustentabilidade Ambiental e foca no grupo de estudo dos agricultores familiares brasileiros. Utilizam-se métodos qualitativos baseados em técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. Essas abordagens possibilitam estabelecer um diálogo entre os objetivos delimitados e as análises obtidas das fontes consultadas, proporcionando uma compreensão profunda e contextualizada do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agricultura familiar e a produção dos monopólios rurais representam dois modelos distintos de produção. A agricultura familiar se caracteriza por pequenas propriedades rurais onde a produção é realizada principalmente pela família, com pouca mecanização e uso de insumos. Essa produção de alimentos é voltada para a subsistência ou para venda de um pequeno excedente nas áreas próximas (Albuquerque Jr., 2024).

De mãos dadas com a agroecologia, a agricultura familiar tem o potencial de preservar e regenerar o meio ambiente, além de enfrentar o desafio de garantir a segurança e a soberania alimentar das pessoas. Diferenciando-se das operações em grande escala, a agricultura familiar atua por meio do cooperativismo, onde as famílias reúnem e organizam sua produção para atender às demandas existentes (Agricultura [...], 2023).

Desde o período colonial, a agricultura familiar se desenvolveu nos arredores da grande lavoura destinada à exportação ou dos latifúndios, em terras menos férteis, devolutas, áreas mais íngremes, de difícil acesso ou em regiões ainda não ocupadas pela elite branca. Essa atividade foi predominantemente exercida por homens e mulheres livres e pobres, muitos deles indígenas cristianizados, negros fugidos da escravização ou mestiços que viviam como agregados dos grandes proprietários ou habitavam áreas distantes e isoladas dos centros de civilização (Albuquerque Jr., 2024).

Ameaçada de extinção, perseguida e deslocada para áreas cada vez mais distantes e periféricas, a agricultura familiar ocupa as áreas menos férteis, os interstícios das grandes propriedades e os minifundiários, muitos deles inviabilizados pelo tamanho, localização e qualidade inferior do solo. A pequena produção de alimentos, contudo, resistiu e continua resistindo, assim como os homens e mulheres que nela trabalham (Agroecologia [...], 2020).

Ignorada e negligenciada na definição de políticas econômicas, a pequena produção agroecológica enfrenta desafios significativos. Sem o devido reconhecimento das autoridades,

foi abandonada durante a implementação de políticas governamentais, especialmente sob o governo vigente nos anos de 2019 até 2022. Durante esse período, o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto, o Programa de Aquisição de Alimentos¹ e o Plano Safra da agricultura familiar foram encerrados. Sob a influência dominante do agronegócio, que recebeu apoio decisivo do governo de extrema-direita, todas as políticas públicas voltadas para o setor foram destruídas (Albuquerque Jr., 2024).

Os monopólios rurais representam uma faceta da agricultura caracterizada pelo controle concentrado de extensões vastas de terra por poucos proprietários ou corporações, em vez de uma distribuição mais ampla entre pequenos e médios produtores, o que dificulta a entrada de novos participantes no setor, perpetuando o domínio dos grandes latifundiários e empresas do agronegócio. A produção dos monopólios rurais é focada na escala, com uso intensivo de maquinário, insumos químicos e monoculturas. Essa lógica produtivista visa atender principalmente o mercado externo e as demandas das grandes corporações em detrimento da diversidade e da produção para o mercado interno (Tedesco, 1995).

O poderio econômico dos monopólios rurais se traduz em uma influência política significativa. Os grandes proprietários ou corporações do agronegócio detêm um enorme poder econômico e político, frequentemente influenciando políticas públicas e regulamentações em seu favor. Eles investem pesadamente em campanhas políticas e em lobbying junto a parlamentares e autoridades governamentais. Essa influência política lhes permite moldar a agenda política em seu favor, garantindo a aprovação de leis e regulamentos que protegem seus interesses (Mendonça, 2011).

A combinação de poder econômico e político permite aos monopólios rurais perpetuar sua posição dominante no mercado. Eles têm capacidade para enfrentar períodos de crise, investir em inovação e expandir suas operações, fortalecendo sua vantagem competitiva. Além disso, a concentração fundiária e o poder dos monopólios rurais podem resultar em preços mais altos para os consumidores, menores salários e condições de trabalho desfavoráveis para os trabalhadores rurais, e dificuldades para pequenos e médios produtores se manterem no mercado. Essa estrutura também contribui para uma menor diversidade de cultivos e produtos agrícolas, além de causar danos ambientais devido à exploração intensiva da terra.

A impunidade decorrente do poder político dos monopólios rurais inviabiliza qualquer competição por parte dos pequenos produtores. Isso permite que o agronegócio e seus representantes modem não apenas o cenário rural brasileiro, mas também as políticas ambientais que regulam suas atividades. Em consequência desse domínio, o Brasil enfrenta níveis alarmantes de desmatamento em biomas críticos como a Amazônia Legal, com uma redução significativa da cobertura vegetal nativa nos últimos cinco anos (RAD, 2023).

O desmatamento não apenas permite o uso da terra para novos fins, mas também serve como estratégia econômica para os proprietários dos monopólios rurais. A remoção da vegetação nativa cria mais terras disponíveis no mercado, reduzindo o valor das propriedades na região e facilitando a expansão agropecuária (Reydon, 2011). Apesar da existência de legislações destinadas à proteção das terras, sua aplicação prática frequentemente se mostra limitada diante do poder das grandes elites agrárias.

Outra prática controversa com impactos significativos é o uso de agrotóxicos. O Brasil está entre os maiores consumidores desses produtos (FAO, 2022). De acordo com Hess e Nodari (2022), entre 2010 e 2020, a quantidade de agrotóxicos comercializados aumentou 78,3%, quase três vezes mais do que a expansão da área cultivada no país (27,6%). Essa

¹ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

utilização intensiva não apenas afeta a produção agrícola, mas também traz consequências graves para a saúde humana, como casos de intoxicação (Lara, 2019), e para o meio ambiente, contribuindo para a poluição de fontes de água e a degradação do solo. O uso excessivo de agrotóxicos também pode levar à perda de biodiversidade e ao desenvolvimento de resistência por parte das pragas, criando um ciclo que demanda cada vez mais desses produtos químicos para manter a produtividade agrícola. Isso sublinha a urgência de promover práticas agrícolas mais sustentáveis e menos dependentes de insumos químicos, buscando equilibrar produtividade e preservação ambiental.

Nesse contexto, a agricultura familiar se destaca como uma alternativa mais sustentável e benéfica em comparação com a produção monopolista. Os agricultores familiares tendem a adotar práticas agrícolas diversificadas e menos impactantes, promovendo a conservação dos recursos naturais e a saúde do solo. Além disso, frequentemente utilizam métodos de cultivo que favorecem a biodiversidade e reduzem a necessidade de agrotóxicos.

A agricultura familiar desempenha um papel crucial na promoção da segurança alimentar, produzindo uma variedade de culturas destinadas ao consumo local. Mais de 800 milhões de pessoas no mundo ainda enfrentam dificuldades para acessar alimentos saudáveis e nutritivos, tornando essencial a garantia de disponibilidade constante desses alimentos para as comunidades locais (Peron et al., 2018).

Uma característica distintiva da agricultura familiar é a diversificação das culturas. Ao contrário das monoculturas industriais, os agricultores familiares cultivam uma ampla gama de produtos. Essa diversificação não só aumenta a resiliência dos sistemas agrícolas frente a pragas e mudanças climáticas, mas também assegura o acesso das famílias a uma dieta equilibrada e nutritiva.

Os pequenos produtores rurais dedicados à agricultura familiar são responsáveis por aproximadamente 80% da produção de alimentos e 75% dos recursos agrícolas globais. No Brasil, eles sustentam 10,01 milhões de empregos e respondem por mais de 70% dos alimentos consumidos no país. Além disso, a abordagem da agricultura familiar contribui para a melhoria do solo e do ecossistema, garantindo o fornecimento de plantas, verduras e legumes de qualidade. Essa prática também preserva os recursos naturais e promove a agrobiodiversidade (Branco, 2024).

Os agricultores familiares desempenham um papel fundamental no desenvolvimento sustentável e na luta contra a insegurança alimentar. Eles gerenciam a maioria das propriedades agrícolas no mundo e são fundamentais para sistemas agrícolas e alimentares inclusivos e sustentáveis (ONU, 2024).

4 CONCLUSÃO

Com base na discussão e resultados do estudo, ficou evidente que a agricultura familiar desempenha um papel crucial na promoção da sustentabilidade ambiental, de modo que foi possível responder à problemática de maneira clara e concisa. O objetivo geral, que visava demonstrar os benefícios da prática da agricultura familiar para a sustentabilidade ambiental, foi atingido com o auxílio dos objetivos específicos, que foram amplamente discutidos e analisados.

Por meio da descrição das atividades e dos entraves vivenciados pela agricultura familiar, foi possível enfatizar a resiliência desses agricultores, que mantêm suas práticas em face das adversidades econômicas e políticas. A pesquisa também expôs que a agricultura familiar, embora marginalizada e ameaçada pelo modelo de produção monopolista, tem um potencial significativo para contribuir com a sustentabilidade ambiental, dado seu enfoque em práticas agroecológicas, uso de métodos diversificados de cultivo e menor dependência de insumos químicos, o que favorece a conservação dos recursos naturais e diminui a degradação ambiental.

Em contrapartida, os malefícios da produção agrícola realizada pelo agronegócio foram claramente identificados, o uso intensivo de agrotóxicos, a monocultura e o desmatamento são práticas que resultam em impactos negativos substanciais para o meio ambiente, como a degradação do solo, poluição das águas e perda de biodiversidade. A influência política e econômica dos monopólios rurais perpetua essas práticas insustentáveis, evidenciando a necessidade de uma mudança estrutural nas políticas agrícolas e ambientais. A agricultura familiar, ao contrário dos grandes monopólios, promove a diversidade produtiva, de modo com que contribui para a segurança alimentar e para a preservação do meio ambiente, uma vez que a produção diversificada aumenta a resiliência dos sistemas agrícolas.

Em suma, a agricultura familiar é fundamental para a sustentabilidade ambiental e por consequência, para as sustentabilidades econômica e social. Sua promoção e fortalecimento são fundamentais para enfrentar os desafios ambientais e garantir um futuro sustentável.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Agricultura familiar: séculos de resistência ao monopólio da terra**. Diário do Nordeste, Fortaleza, 05 jul. 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaocolumnistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/agricultura-familiar-seculos-de-resistencia-ao-monopolio-da-terra-1.3251707>. Acesso em: 01 jul. 2024.

AGRICULTURA familiar: o que é, características e como funciona. **Raízes do Campo**. 21 ago. 2023. Disponível em: <https://raizesdocampo.com.br/blog/agricultura-familiar/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

AGROECOLOGIA: O Sistema Produtivo Que Sustenta A Agricultura Familiar. **CONAFER BRASIL**. 29 set. 2020. Disponível em: <https://conifer.org.br/agroecologia-o-sistema-produtivo-que-sustenta-a-agricultura-familiar/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

RAD. Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2023. **MapBiomass**: São Paulo, 2024. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em 02 jul. 2024.

BRANCO. **Agricultura Familiar, essencial para a economia e segurança alimentar**. Disponível em: https://www.branco.com.br/la/pt_br/news/Agricultura-Familiar-essencial-para-a-economia-e-seguranca-alimentar.html. Acesso em: 02 jul. 2024.

FAO. Pesticides use, pesticides trade and pesticides indicators: Global, regional and country trends, 1990–2020. **FAOSTAT ANALYTICAL BRIEF**, nº 46. Roma, Itália. 2022. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/78705276-3455-4c70-ac77-3082095f83b3/content>. Acesso em: 02 jul. 2024.

GUERRA, L. D. S.; RIBEIRO, D. S. Contradições econômicas distributivas entre o agronegócio e a agricultura familiar no contexto do sistema capitalista do cenário (trans)pandêmico. Anais do 4º Seminário Internacional de Economia Política da Saúde. **Journal of Management & Primary Health Care**, v. 15, ed. 30. 30 mai. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v15.1322>. Acesso em: 01 jul. 2024.

LARA, S. S.; PIGNATI, W. A.; PIGNATTI, M. G.; LEÃO, L. H. C.; MACHADO, J. M. H. A Agricultura do Agronegócio e sua Relação com a Intoxicação Aguda por Agrotóxicos no

Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 15, ed. 32, p. 1-19. Jun. 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1288/fe58b2d754f9bd4c34b9e6fc59767765bbe5.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

MENDONÇA, M. L. O Monopólio da Terra e os Direitos Humanos no Brasil. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. 20 abr. 2011. Disponível em: <https://www.social.org.br/artigo/artigos-portugues/124-o-monopolio-da-terra-e-os-direitos-hu-manos-no-brasil>. Acesso em 02 jul. 2024.

NATALLI, L. H.; MUNARETTO, L. F.; BIANCHINI, D. C.; HENKES, J. A. Práticas de Sustentabilidade Ambiental em Propriedades Rurais. **Revista Gestão e Sustentabilidade ONU. Agricultura familiar é vital para segurança alimentar e desenvolvimento sustentável globais**, diz FAO. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/67934-agricultura-familiar-%C3%A9-vital-para-seguran%C3%A7a-alimentar-e-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-globais>. Acesso em: 02 jul. 2024.

ONU. Nosso Futuro Comum. **Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Editora Fundação Getúlio Vargas, 2 ed., p. 49. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024

PERON, C. C. et al. Produção orgânica: uma estratégia sustentável e competitiva para a agricultura familiar. **Retratos de Assentamentos**, v. 21, n. 2, p. 104–127, 2018.

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, p. 125-149, dez. 2005. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br>. Acesso em: 02 jul. 2024.

REYDON, B. P. O desmatamento da floresta amazônica: causas e soluções. **Conservação Internacional Brasil**. Economia Verde: Desafios e oportunidades, nº 8, p. 143-155. Jun. 2011. Disponível em: <https://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Revista-Politica-Ambiental-jun-Econ-V-erde.pdf#page=143>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SAMBUICHI, R. H. R.; OLIVEIRA, M. A. C.; SILVA, A. P. M.; LUEDEMANN, G. A. Sustentabilidade Ambiental da Agropecuária Brasileira: Impactos, Políticas Públicas e Desafios. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Rio de Janeiro, out. 2012. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1050/1/TD_1782.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.

TORRESI, S. I.; PARDINI, V. L.; FERREIRA, V. F. O que é Sustentabilidade? Sociedade Brasileira de Química: **Quim. Nova**, Vol. 33, nº 1. 25 fev. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-40422010000100001>. Acesso em: 01 jul. 2024.

TEDESCO, J. C. A Lógica Produtivista e o Camponês: Ambiguidades e Ambivalências no Espaço Agrário Atual. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 3, nº 6, p. 27-42. Passo Fundo, nov. 1995. Acesso em: 02 set. 2024.